

Pastoral da Criança
Organismo de Ação
Social da Conferência
Nacional dos Bispos
do Brasil - CNBB

**Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Membros da Assembléia Geral da
Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos
Bispos do Brasil - CNBB**
Curitiba - Paraná

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos ajustes descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em 30 de setembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

Em 30 de setembro de 2018, conforme apresentado na nota explicativa 14 a Entidade apresentou o montante de R\$ 9.890 mil (R\$ 14.167 mil em 2017) referente a provisões para contingências para as quais não foi identificada uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que justifique a referida provisão, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Consequentemente, em 30 de setembro de 2018, o passivo circulante está aumentado e o patrimônio líquido reduzido em R\$ 9.890 mil (R\$ 14.167 mil em 2017) e o superávit do exercício está aumentado em R\$ 4.277 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

**Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	33.703	36.494	Fornecedores		223	120
Recursos com restrição	8	539	25.544	Adiantamentos com convênios restritos	12	539	25.544
Créditos a receber		223	172	Obrigações trabalhistas	13	1.341	1.229
Adiantamentos aos setores	9	3.312	3.089	Provisão para contingências	14	10.010	14.167
Estoques	10	<u>952</u>	<u>280</u>	Outras obrigações a pagar		<u>608</u>	<u>830</u>
		<u>38.729</u>	<u>65.579</u>			<u>12.721</u>	<u>41.890</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	11	2.387	2.534	Patrimônio social	15	2.387	2.534
Outros créditos a receber		<u>80</u>	<u>87</u>	Reservas e fundos patrimoniais	15	<u>26.088</u>	<u>23.776</u>
		<u>2.467</u>	<u>2.621</u>			<u>28.475</u>	<u>26.310</u>
		<u><u>41.196</u></u>	<u><u>68.200</u></u>			<u><u>41.196</u></u>	<u><u>68.200</u></u>
				POR N			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas operacionais	16	30.495	27.018
Gratuidades	17	2.774	2.521
Trabalho voluntário	17	<u>155.425</u>	<u>163.783</u>
		<u>188.694</u>	<u>193.322</u>
Custos e despesas operacionais com programas			
Atendimento em saúde	18	(29.540)	(25.320)
Gratuidades	17	(2.774)	(2.521)
Trabalho voluntário	17	<u>(155.425)</u>	<u>(163.783)</u>
		<u>(187.739)</u>	<u>(191.624)</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	18	<u>(5.766)</u>	<u>(5.441)</u>
Provisão para contingências	14	<u>4.097</u>	<u>(84)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(714)</u>	<u>(3.827)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras - recursos sem restrição	19	2.113	3.667
Receitas financeiras - recursos com restrição	19	818	1.870
Despesas financeiras		<u>(52)</u>	<u>(45)</u>
		<u>2.879</u>	<u>5.492</u>
Superávit do exercício		<u><u>2.165</u></u>	<u><u>1.665</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Superávit do exercício	2.165	1.665
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Superávit abrangente total	<u><u>2.165</u></u>	<u><u>1.665</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Reservas e fundos patrimoniais				Superávit acumulado	Total
			Fundo patrimonial	Fundo de contingências	Reserva técnica	Outras reservas		
Saldos em 1 de outubro de 2016		2.690	15.689	4.722	817	727	-	24.645
Superávit do exercício	15	-	-	-	-	-	1.665	1.665
Destinações:								
Constituição (utilização) de reservas e fundos patrimoniais	15	-	2.224	(3.261)	129	2.729	(1.821)	-
Apropriação por movimentação do imobilizado	15	107	-	-	-	-	(107)	-
Apropriação pela depreciação do imobilizado	15	(263)	-	-	-	-	263	-
Saldos em 30 de setembro de 2017		<u>2.534</u>	<u>17.913</u>	<u>1.461</u>	<u>946</u>	<u>3.456</u>	<u>0</u>	<u>26.310</u>
Superávit do exercício	15	-	-	-	-	-	2.165	2.165
Destinações:								
Constituição (utilização) de reservas e fundos patrimoniais	15	-	(2.738)	4.207	(45)	888	(2.312)	-
Apropriação por movimentação do imobilizado	15	130	-	-	-	-	(130)	-
Apropriação pela depreciação do imobilizado	15	(277)	-	-	-	-	277	-
Saldos em 30 de setembro de 2018		<u>2.387</u>	<u>15.175</u>	<u>5.668</u>	<u>901</u>	<u>4.344</u>	<u>-</u>	<u>28.475</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		2.165	1.665
Ajustes por:			
Depreciação	11 18	277	263
(Reversão) constituição de provisão para contingências, líquida	14	(4.097)	84
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) em recursos com restrição	8	25.005	(13.225)
(Aumento) redução em créditos a receber		(51)	20
Aumento em adiantamentos aos setores	9	(223)	(13)
(Aumento) redução em estoques	10	(672)	309
Redução em outros créditos a receber		7	51
Aumento em fornecedores		103	11
(Redução) aumento em adiantamentos com convênios restritos	12	(25.005)	13.225
Aumento em obrigações trabalhistas	13	112	853
Aumento em depósitos judiciais	14	(60)	(79)
(Redução) aumento em outras obrigações a pagar		(222)	245
Fluxos de caixa líquidos (usados nas) provenientes das atividades operacionais		<u>(2.661)</u>	<u>3.409</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	<u>(130)</u>	<u>(107)</u>
Fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de investimento		<u>(130)</u>	<u>(107)</u>
(Redução) aumento líquida(o) em caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.791)</u>	<u>3.302</u>
Demonstração da(o) (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	7	36.494	33.192
No fim do exercício	7	<u>33.703</u>	<u>36.494</u>
Demonstração da(o) (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.791)</u>	<u>3.302</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Pastoral da Criança (“Entidade”) é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede na Rua Jacarezinho 1691, Bairro Mercês, em Curitiba Estado do Paraná, de natureza filantrópica, com duração ilimitada.

A Entidade tem como objetivos o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, através dos seguintes programas, entre outros que sirvam as suas finalidades:

- Sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, com as ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;
- Formação humana e cristã das famílias, líderes comunitários e agentes voluntários;
- Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e redução da violação familiar e comunitária;
- Geração de renda para autossustentação das famílias acompanhadas, ajuda mútua entre elas, capacitação da mulher em economia doméstica e nos cuidados com a criança, com a família e consigo mesma;
- Alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral da Criança;
- Documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil;
- Pesquisa nas áreas de referência programática.

Os recursos financeiros para manter a estrutura da Entidade e suas atividades advêm de doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas e também de convênios celebrados com a administração pública, cujo principal parceiro é o Ministério da Saúde.

Continuidade operacional

A Entidade possui: a) recursos financeiros, com e sem restrição, no montante de R\$ 34.242 evidenciados nas demonstrações financeiras; b) assinou em 22 de março de 2018 convênio nº 864.084/2018 com o Ministério da Saúde, para um período de 2 (dois) anos, no valor total de R\$ 67.283, cuja primeira parcela de R\$ 16.820 tem previsão de crédito ainda para 2018; c) não possui empréstimos e nem tampouco passivos trabalhistas significativos. Com base nestas informações a Administração entende não haver nenhum risco relacionado a continuidade operacional de suas atividades para o próximo exercício.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e para entidades sem finalidade de lucro.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Coordenadores da Pastoral da Criança em 29 de novembro de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 30 de setembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativa 11-** Imobilizado (valor residual e vida útil); e
- **Notas explicativa 14 -** Provisão para contingências (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

As receitas com doações diversas são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. As receitas de convênios restritos, recebidas com destinação específica, vinculadas à realização de atividades acordadas com os doadores (convênios restritos), são registradas no passivo, na conta "Adiantamentos de convênios restritos", sendo a receita de doação reconhecida no resultado, na medida da efetiva realização e reconhecimento das despesas dos referidos programas. As receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras dos recursos desses convênios são apropriadas às respectivas contas dos passivos (Adiantamentos de convênios restritos).

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da "Entidade" compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Multas, despesas bancárias, IOF e IR sobre aplicações financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Entidade obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2018
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

- Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros acrescido ou diminuído do superavit ou deficit apurado em cada exercício.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Entidade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de créditos atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Entidade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, considerando que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando o risco de perda for possível haverá apenas a divulgação.

h. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido o período de até um ano (ou no ciclo operacional normal das operações, ainda que mais longo). Caso contrário, os fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

i. Isenções tributárias

A Entidade, por ser constituída e desenvolver suas atividades como organização sem fins lucrativos, para cumprimento das finalidades para as quais foi instituída conforme seu Estatuto Social, possui isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e do recolhimento da Contribuição Social Sobre o Lucro conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

j. Trabalhos voluntários e gratuidades

As receitas com trabalhos voluntários e gratuidades, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro.

A receita de trabalho voluntário recebido é reconhecida pelo valor justo da prestação do serviço, na conta de outras receitas operacionais, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A contrapartida é lançada em conta de despesas vinculadas aos programas e despesas administrativas, relacionada à natureza ou projeto do trabalho voluntário.

As receitas com gratuidade são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com gratuidade são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

7 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Bancos - recursos sem restrição	801	1.042
Aplicações financeiras - recursos sem restrição (i)	32.902	35.452
	33.703	36.494

- (i) As aplicações financeiras referem-se à fundos de renda fixa remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI e aplicações em CDB remunerados a taxas de 102% do CDI. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

8 Recursos com restrição

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Aplicações financeiras - recursos com restrição (i)	539	25.544
	539	25.544

- (i) Os convênios celebrados estabelecem que, enquanto os recursos não são aplicados nas ações às quais se destinam, os repasses recebidos devem ser mantidos em aplicações financeiras de liquidez imediata, para preservar seu poder de aquisição. A variação do período decorre, essencialmente, da utilização dos recursos nos projetos desenvolvidos pela Entidade, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde, por meio do convênio firmado entre as partes. A contrapartida destes recursos está registrada na rubrica “Adiantamentos com convênios restritos” (vide nota explicativa 12).

9 Adiantamentos aos setores

Referem-se a recursos disponibilizados para as coordenações de setores e estados os quais são mantidos sob a forma de adiantamentos até que as referidas prestações de contas sejam disponibilizadas e validadas pela administração central, quando, então, tais valores são baixados e contabilizados como custo no resultado.

10 Estoques

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Bens destinados à venda	5	5
Materiais educativos	947	275
	952	280

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2018			2017
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.861	(805)	2.056	2.198
Máquinas e equipamentos	2.356	(2.241)	115	69
Móveis e utensílios	321	(180)	141	147
Veículos	375	(310)	65	110
Terrenos	10	-	10	10
	5.923	(3.536)	2.387	2.534

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 30/09/2017	Movimentação em 2018			Saldo em 30/09/2018
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.861	-	-	-	2.861
Máquinas e equipamentos	2.244	112	-	-	2.356
Móveis e utensílios	303	18	-	-	321
Veículos	375	-	-	-	375
Terrenos	10	-	-	-	10
	5.793	130	-	-	5.923

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 30/09/2017	Movimentação em 2018			Saldo em 30/09/2018
	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(663)	(142)	-	-	(805)
Máquinas e equipamentos	(2.175)	(66)	-	-	(2.241)
Móveis e utensílios	(156)	(24)	-	-	(180)
Veículos	(265)	(45)	-	-	(310)
	(3.259)	(277)	-	-	(3.536)

12 Adiantamentos com convênios restritos

Referem-se a valores recebidos com base em convênios de parceria, vinculadas à prestação de contas ao Ministério da Saúde. Os valores estão registrados como adiantamentos no passivo, por estarem sujeitos à devolução até que o objeto do convênio seja efetivamente cumprido. A contrapartida desse valor está registrada na rubrica “Recursos com restrição” (vide nota explicativa 8).

13 Obrigações trabalhistas

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Salários a pagar	378	355
Encargos sociais a recolher	36	33
Provisões de férias e 13º salário	927	841
	1.341	1.229
	1.341	1.229

14 Provisão para contingências

A Entidade possui ações judiciais decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2018	2017
Contingências tributárias (b)	144	84
Depósitos judiciais	(139)	(79)
Provisão para contingências (a)	10.005	14.162
	10.010	14.167
	10.010	14.167

A seguir, estão apresentadas as movimentações ocorridas nos períodos:

Saldo em 30.09.2017	14.167
Constituição	180
Depósitos judiciais	(60)
Utilização / reversão	(4.277)
Saldo em 30.09.2018	10.010

- (a) Apesar de não existir uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que justifique uma provisão, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração aprovou a manutenção do registro da Provisão para Contingência registrada em anos anteriores, visando assegurar a estabilidade financeira da Pastoral da Criança e considerando as seguintes premissas e eventos ocorridos:
- (i) Os valores previstos na referida reserva de contingência foram estimados tendo como base os custos para funcionamento da entidade por 6 meses, os quais foram devidamente aprovados pela Assembleia Geral no ano de 2016.
- (ii) Primeira Provisão de Contingência - Frente a publicação do Decreto Presidencial nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que alterava significativamente as normas relativas a convênios, a Administração, de modo a preservar as diversas ações realizadas, constituiu a sua primeira provisão para contingências, no valor de R\$ 6.500, com o objetivo de manter suas atividades no caso de haver necessidade de adaptação às novas normas a vigorar. Estas reservas foram totalmente utilizadas nos anos de 2009 (R\$ 4.280), 2010 (R\$ 1.272) e 2011 (R\$ 948).

- (iii) Atraso na liberação das parcelas do convênio - A Pastoral da Criança celebra convênios com o Ministério da Saúde desde 1987 e, dado a história destes anos de parceria, há frequentemente um descompasso entre a data prevista e a efetiva liberação das parcelas. Nos quadros abaixo, exemplificamos isso:

Convênio nº 749.113/2010

Data Prevista	Data da liberação	Meses de atraso	Valor da Parcela (R\$)
out/10	fev/11	4 meses	5.630
nov/10	mai/11	6 meses	5.650
dez/10	ago/11	8 meses	5.650
fev/11	nov/11	9 meses	5.650
abr/11	mar/12	11 meses	5.650
mai/11	mai/12	12 meses	5.650
			33.880

Convênio nº 769.467/2012

Data Prevista	Data da liberação	Meses de atraso	Valor da Parcela (R\$)
jun/12	jul/12	1 mês	16.942
dez/12	abr/13	4 meses	16.942
jun/13	jan/14	7 meses	16.942
dez/13	jul/14	7 meses	16.942
			67.768

Em relação ao convênio de nº 817.116/2015, com vigência a partir de julho de 2015, as duas últimas parcelas, previstas para dezembro/16 e janeiro/17, foram recebidas rigorosamente dentro do previsto.

- (iv) Incertezas e hiatos entre celebração de convênios - A Pastoral da Criança tem experimentado nos últimos anos uma grande variável de incertezas quando da renovação dos convênios, seja pela mudança frequente de normas que regem a matéria, gerando entraves burocráticos no órgão concedente, seja pela própria disponibilidade orçamentária do Governo Federal.

O processo de renovação do convênio para o período 2015/2017 iniciou no dia 01/12/2014 e somente em 24/07/2015, após todos os trâmites processuais, foi assinado. Ocorre que o recurso do convênio anterior, destinado ao repasse às bases, já havia encerrado em meados de fevereiro de 2015, o que obrigou a Administração da entidade a reduzir seus custos e baixar novamente R\$ 4.403 da reserva de contingência, constituída nos anos de 2012 e 2013, com o objetivo de manter minimamente suas atividades no período de abril a julho de 2015.

Assim, mesmo com a redução de custos nos meses de abril a julho 2015, houve um gasto médio mensal de R\$ 1.101, recursos estes não reembolsados pelo Ministério da Saúde por estarem fora de vigência do convênio.

As incertezas previstas nos anos anteriores se confirmaram agora em 2018. A entidade assinou um novo convênio com o Ministério da Saúde em 22/03/2018 e até a presente data não foi liberada a primeira parcela. Para tanto, em cumprimento à finalidade prevista para a conta “Provisão para contingências” a entidade baixou o valor de R\$ 4.277 da referida provisão, referente a valores previstos no convênio assinado, com vigência desde 03/2018 a 03/2020.

- (b) Além dos assuntos acima mencionados, a Entidade é ré em outra ação no valor de R\$ 1.500, movida pelo Estado de Minas Gerais, cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos. Em determinação dada pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, como não é “provável que será necessária uma saída de recursos”, nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

15 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído por valores e ativos próprios relativos às doações, em conformidade com a NBC ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução 1.409/12. Conforme estabelece o estatuto, o patrimônio social está constituído por valores oriundos de:

- Doações e legados;
- Renda de seus bens;
- Subvenções e auxílios que lhe sejam destinados;
- Contribuição de colaboradores e benfeitores;
- Convênios e acordos assinados com entidades nacionais ou internacionais e outros que lhe advenham por qualquer título legítimo.

b. Fundo patrimonial

Foi constituído em 2005 e se destina a assegurar a autossuficiência financeira da Entidade para a perpétua realização da sua finalidade. A coordenação nacional, com o de acordo do conselho econômico, poderão propor ações específicas para acelerar a constituição desse fundo.

O saldo do fundo patrimonial em 30 de setembro de 2018 totaliza R\$ 15.175 (R\$ 17.913 em 2017), montante este formado por aportes e seus respectivos rendimentos financeiros líquidos.

c. Fundo de contingências

O valor máximo desse fundo será equivalente a dois meses de funcionamento da Entidade. Os recursos, que serão utilizados para compor este fundo, serão provenientes das parcerias institucionais, podendo ser integralmente utilizados para constituição do próprio fundo, segundo recomendações da Coordenação Nacional e Conselho Econômico. Além disso, 2,5% do superavit do exercício, também poderá ser adicionado para esta finalidade. O saldo do fundo de contingências em 30 de setembro de 2018 totaliza R\$ 5.668 (R\$ 1.461 em 2017).

d. Reserva técnica

O valor desse fundo não poderá ultrapassar 2% do orçamento anual. O saldo da reserva técnica em 30 de setembro de 2018 totaliza R\$ 901 (R\$ 946 em 2017).

e. Outras reservas

Esta reserva é constituída: (i) saldo em estoque de material educativo; (ii) importâncias em poder de coordenadores de estados e dioceses quando do encerramento de mandatos; (iii) doações diversas recebidas e (iv) saldo em poder das coordenações de estados e setor há ser prestado contas para a Entidade. O saldo de outras reservas em 30 de setembro de 2018 totaliza R\$ 4.344 (R\$ 3.456 em 2017).

f. Superávit (déficit) acumulado

Conforme previsto no parágrafo 15 da ITG 2002(R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, os rendimentos financeiros do fundo patrimonial apurados no exercício de 2018, no montante de R\$ 818 (R\$ 1.870 em 2017) e que compõe o superávit do exercício, foram destinados para a rubrica "Fundo Patrimonial", dado que estes recursos têm aplicação específica prevista no Estatuto Social e Regulamento do Fundo Patrimonial.

16 Receitas operacionais

	2018	2017
Com restrição		
Convênio Ministério da Saúde	(i) <u>24.340</u>	<u>21.225</u>
Sem restrição		
Convênio companhias de energia elétrica	(ii) 2.530	2.257
Doações diversas	1.699	1.468
Movimento Pró Criança - Estado PE	928	953
Dança da galera	436	-
Associação Evangelizar	299	286
Fundação Vale	270	540
Instituto Bradesco	-	264
Unilever Brasil	-	45
HSBC - Cartão Solidariedade e Doações	<u>-</u>	<u>38</u>
	<u>6.162</u>	<u>5.851</u>
Deduções		
Outras deduções	<u>(7)</u>	<u>(58)</u>
	<u><u>30.495</u></u>	<u><u>27.018</u></u>

(i) Em 24 de julho de 2015, foi assinado com o Ministério da Saúde o convênio nº 817.116/2015, para um período de 2 (dois) anos e no valor total de R\$ 67.822. O cronograma de desembolso deste convênio estabelece seu pagamento em 4 (quatro) parcelas no valor de R\$ 16.955. Todas as parcelas do referido convênio foram pagas e sua vigência foi prorrogada para 31 de dezembro de 2018.

(ii) O projeto de arrecadação de doações via contas de energia elétrica foi desenvolvido com o objetivo de conseguir arrecadar recursos financeiros que ajudem a suprir as necessidades básicas das comunidades e ramos da Pastoral da Criança, buscando assim sua autossustentabilidade.

A metodologia desenvolvida consiste em respeitar o trabalho de cada ramo e de cada comunidade da Pastoral da Criança, proporcionando uma oportunidade de arrecadação de recursos proporcionais ao trabalho que é desenvolvido em cada um deles, pois dos recursos arrecadados, 80% retorna para a própria comunidade que conseguiu a doação.

Atualmente há contrato com as seguintes companhias: COPEL/PR, COELBA/BA, ESCELSA/ES, CEMAT/MT, CELG/GO, CELESC/SC, CEAL/AL, CELPA/PA, CELTINS/TO, AMPLA/RJ, COELCE/CE, BANDEIRANTES/SP, REDE ENERGISA - Municípios dos estados de SP e PR (Cauaiá, Nacional, Bragantina, Vale Paranapanema e Força e Luz).

17 Trabalho voluntário e gratuidades

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não há remuneração para os cargos eletivos da Entidade. Os Conselheiros que prestam serviços à Entidade não recebem remuneração pela função que exercem, haja vista que atuam como voluntários.

b. Voluntariado

Todo o trabalho voluntário é submetido às formalidades legais e não há, em nenhuma forma, quaisquer tipos de remuneração. As despesas com trabalho voluntário foram mensuradas e reconhecidas de acordo com sua natureza, como se devidas fossem. O trabalho é desenvolvido nas comunidades, e realizado por líderes e pessoas voluntárias, sendo 82.440 líderes, 6.592 equipes de coordenação e 69.386 equipes de apoio comunitárias.

A Entidade mensurou e reconheceu, pelo valor justo, o trabalho voluntário obtido por seus líderes, equipes de apoio e de coordenação, conforme estabelece a Resolução CFC 1409/2012 que aprovou a Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, e suas alterações, conforme abaixo:

	2018	2017
Fontes econômicas		
Recursos não monetários		
Trabalho voluntário		
Líderes comunitários	(i) 114.111	121.208
Coordenações de Ramo, Setor, Núcleo e Estado	(ii) 25.307	25.611
Equipes de apoio na comunidade	(iii) 16.007	16.964
	155.425	163.783
Gratuidades		
Doação com locação da sede nacional	(iv) 2.774	2.521
	2.774	2.521
	158.199	166.304

Os valores referentes aos recursos monetários estão sendo calculados considerando a estimativa de horas mensais doadas por categoria de voluntário, multiplicadas pelo salário-mínimo vigente, R\$ 0,954. A referida estimativa, foi preparada com base em relatório diagnóstico participativo (não auditado), preparado por consultores terceirizados, com recursos do BNDES.

(i) **Líderes** - 82.440 líderes x R\$ 1,384 (R\$ 0,954 x 13,3h / 220h x 24h estimadas) = R\$ 114.111

(ii) **Coordenações:**

- Coordenador de ramo: 6.310 x R\$ 3,66911 ano → (R\$ 0,954x 13,3h / 220h x 64h estimadas = R\$ 23.290
- Coordenador de setor: 268 x R\$ 6,92083 ano → (R\$ 0,954 x 13,3h / 220h x 120h estimadas = R\$ 1.855
- Coordenador de estado: 14 x R\$ 11,53472 ano → (R\$ 0,954 x 13,3h / 220h x 200h estimadas = R\$ 162

- (iii) Equipe de apoio - 69.386 x R\$ 0,23069 ano → (R\$ 0,954 x 13,3h /220h x 4h estimadas) = R\$ 16.007
- (iv) **Sede nacional** - Corresponde ao valor anual aproximado do uso do imóvel cedido à Pastoral da Criança, em regime de comodato, conforme estabelecido em Lei estadual nº 17.891 de 26/12/2013 e nº 12.205 de 08/07/1998. Os imóveis, conforme previsto em lei, serão utilizados exclusivamente para atender aos objetivos institucionais da Pastoral da Criança, para o Museu da Vida e o Memorial Zilda Arns. Não foi possível estimar o valor de locais cedidos para as atividades da Pastoral da Criança em 3.517 municípios, pela Igreja e outras entidades.

18 Custos e despesas operacionais com programas

	Nota	2018	2017
Atendimento em saúde			
Custos com atendimentos em saúde - com restrição		(24.340)	(21.225)
Custos com atendimentos em saúde - sem restrição		<u>(5.200)</u>	<u>(4.095)</u>
		<u>(29.540)</u>	<u>(25.320)</u>
Despesas operacionais			
Administrativas			
Despesas com pessoal		(3.260)	(3.607)
Projetos diversos com entidades parceiras		(984)	(464)
Despesas com serviços de terceiros		(897)	(733)
Outras despesas gerais e administrativas		(315)	(331)
Despesas com depreciação		(277)	(263)
Perdas no recebimento de créditos dos setores		<u>(33)</u>	<u>(43)</u>
		<u>(5.766)</u>	<u>(5.141)</u>
		<u><u>(35.306)</u></u>	<u><u>(30.461)</u></u>

19 Resultado financeiro

O resultado financeiro é substancialmente composto por rendimentos sobre aplicações financeiras, com e sem restrição, dos convênios e fundos estatutários da Entidade, que totalizaram R\$ 2.931 (R\$ 5.537 em 2017).

20 Aplicação de recursos em gratuidades

Em atendimento ao inciso III, parágrafo 1º do art. 19 do DECRETO Nº 8.242, 23/05/2014 a Entidade elabora a Demonstração de Aplicação dos Recursos em Gratuidade. A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área de Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 1579, de 6 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da união de 09 de outubro de 2017. Para fazer jus a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - Área de Saúde, a entidade deverá aplicar no mínimo 20% da receita efetivamente recebida em gratuidade, celebrar convênio com o gestor do SUS, não remunerar seus diretores e conselheiros, aplicar suas rendas e eventuais superávits nos seus objetivos e em território nacional, entre outras condições. A concessão tem validade pelo período de 3 de maio de 2016 a 2 de maio de 2019. Veja o demonstrativo a seguir:

*Pastoral da Criança Organismo de Ação Social da
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2018 e 2017*

	2018	2017
Receita operacional (vide nota explicativa 16)	30.495	27.018
Resultado financeiro	2.879	5.492
Receita disponível no exercício	33.374	32.510
Percentual mínimo para aplicação em gratuidade (20% da receita)	6.675	6.502
Custo aplicado em saúde (vide nota explicativa 18)	29.540	25.320
Outros custos - Administração	5.456	5.135
Total das gratuidades oferecidas	34.996	30.455
Percentual das aplicações das receitas em gratuidade no exercício	105%	94%
Total de isenções de contribuições do INSS, Patronal, Terceiros e SAT	1.582	1.530

- (i) Valor corresponde ao valor total registrado da rubrica de despesas operacionais administrativas, deduzindo-se o valor da depreciação e perdas nos recebimentos dos créditos dos setores, vide nota explicativa 18.
- (ii) Em razão de sua finalidade social, assistencial, filantrópica e sem fins lucrativos, a entidade não está sujeita ao recolhimento de impostos calculados sobre o superavit do exercício, e nem distribui qualquer parcela de seu resultado a associados, parceiros, dirigentes, conselheiros ou mantenedores. A imunidade que consta da demonstração das aplicações dos recursos em gratuidade no valor de R\$ 1.582 (R\$ 1.530 em 2017) refere-se às contribuições sociais referentes a folha de pagamento do período de outubro/17 a setembro/18.

* * *

Dom Anuar Battisti
Presidente

Irmã Veneranda da Silva Alencar
Coordenadora Nacional

Sérgio Leandro Reis
Contador - CRC PR-049666/O-6